



PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA


II PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO – 2013

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
- Contém 20 questões OBJETIVAS, numeradas de 1 a 20.
- Contém 02 questões DISCURSIVAS.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**PROVA
BRANCA**

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: 
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever as respostas para as questões discursivas, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 2 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).

Candidato (a):



LÍNGUA PORTUGUESA

É ilegal a exigência de altura mínima para acesso à carreira militar

A exigência de altura mínima constante em editais de concursos públicos para acesso à carreira militar não encontra amparo na lei. Com esse entendimento, a 6.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região manteve a sentença da 5.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. A decisão excluiu a exigência de altura mínima no processo seletivo de admissão para estágio de adaptação de oficiais da Aeronáutica para o cargo de contador.

De acordo com os autos, após a decisão de 1.ª instância, a União Federal recorreu ao TRF1 defendendo a legalidade das exigências do certame. Ressaltou, ainda, que a estatura mínima é necessária ao cargo de oficial contador porque "as atividades de cunho militar impõem exercícios físicos consideravelmente intensificados que não serão bem suportados por aqueles que não possuem os requisitos antropométricos adequados". Alega o ente público que o Oficial Contador do Comando da Aeronáutica realizará atividades como o manejo de armamento pesado.

Ao analisar o recurso, a relatora, juíza federal convocada Hind Ghassan Kayath, observou que a sentença prolatada na 1.ª instância traz a seguinte jurisprudência: "Entendimento há muito assentado nos tribunais que a exigência de altura mínima constante em editais de concursos públicos para acesso à carreira militar não encontra amparo na lei" (RESP - 129263, ministro William Patterson, DJ de 18/08/1997).

Por outro lado, segundo a magistrada, precedente do Supremo Tribunal Federal diz que é certo que a Administração, de acordo com a natureza das funções inerentes ao cargo a ser provido, pode disciplinar os requisitos mínimos de capacidade física exigíveis do candidato. "Mas, se a Constituição Federal reservou para a lei ordinária a disciplina dos requisitos para ingresso nas Forças Armadas, somente por lei qualquer limitação poderá ser estabelecida, em obediência ao princípio da reserva legal", destacou a juíza Hind.

A relatora ainda disse que as atribuições do cargo de Oficial Contador, mesmo que exercidas no âmbito da carreira militar, não justificariam a exigência de altura mínima, conforme orienta o princípio da razoabilidade. Seu voto, portanto, foi pela manutenção da sentença que excluiu a exigência de altura mínima do processo seletivo para contador da Aeronáutica. A decisão da 6.ª Turma foi unânime.

Processo n. 0023578-24.2010.4.01.3800

Publicação: 30/07/13

Julgamento: 15/07/13

CB Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal 1.ª Região

01 Observe as seguintes afirmações acerca do texto:

- I. É nítido no texto que a ilegalidade atrelada à exigência mínima para ingresso na carreira militar é extensiva a todos os cargos públicos.
- II. No último parágrafo, pode-se interpretar que a passagem, "mesmo que exercidas no âmbito da carreira militar", é uma concessão em relação ao período em que está inserida.
- III. A administração pública defende que a exigência de altura mínima para acesso ao Cargo de Oficial Contador do Comando da Aeronáutica é legítima, pois as atividades de cunho militar impõem exercícios físicos consideravelmente intensificados que não serão bem suportados por aqueles que não possuem os requisitos antropométricos adequados. A administração pública, também, coloca que o Oficial contador, por exemplo, manuseará armas na realização de certas atividades.

Considerando as afirmativas acima, é coerente afirmar que:

- (A) Apenas I e II são corretas.
- (B) Apenas a III é correta.
- (C) Apenas II e III são corretas.
- (D) Apenas I e III são corretas.
- (E) Todas estão corretas.

02 Quanto ao uso da vírgula, é correto afirmar que:

- (A) No período, "*A exigência de altura mínima constante em editais de concursos públicos para acesso à carreira militar não encontra amparo na lei*", as normas gramaticais seriam mantidas, caso uma vírgula fosse inserida após "concursos públicos".
- (B) Na passagem - "*De acordo com os autos, após a decisão de 1.ª instância, a União Federal recorreu ao TRF1 defendendo a legalidade das exigências do certame*" - as vírgulas isolam o chamado aposto explicativo.
- (C) Na passagem - "Ao analisar o recurso, a relatora, juíza federal convocada Hind Ghassan Kayath, observou que a sentença prolatada na 1.ª instância traz a seguinte jurisprudência..." - as vírgulas foram utilizadas pelo mesmo motivo.
- (D) Na passagem, "*A relatora ainda disse que as atribuições do cargo de Oficial Contador...*", caso se inserisse uma vírgula após a palavra "ainda", a sequência sujeito/verbo seria quebrada, causando um grave erro gramatical.
- (E) Na passagem, "Seu voto, portanto, foi pela manutenção da sentença que excluiu a exigência de altura mínima do processo seletivo para contador da Aeronáutica"(final do texto), as vírgulas isolam um vocativo.



03 Não há desvio gramatical em:

- (A) Sirvo-me do presente para solicitar à Vossa Senhoria providências no sentido de viabilizar, meu recesso remunerado.
- (B) Encaminho anexo os documentos, que me referia durante contato prévio por telefone.
- (C) Considerando a nova estrutura da sede da Seção Judiciária no Amapá, reafirma-se que a aquisição de novos equipamentos da área de informática é urgente.
- (D) Em virtude de reformulação nas diretrizes de avaliação dos servidores, se faz necessário buscar novos mecanismos atrelados a progressão daqueles que estão em estágio probatório.
- (E) De certa forma, os modelos que tem uma estrutura sólida continuam presentes até hoje.

04 As normas de concordância foram respeitadas em:

- (A) De certa forma, é assegurado a todos os direitos e garantias fundamentais, por essa razão a discussão acerca desse tema é irrelevante.
- (B) Cabem aos menores inúmeros direitos, que estão elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) Haviam apresentado um mecanismo a fim de otimizar a gestão pública, mas a idéia não foi bem aceita.
- (D) Continuam havendo falhas graves na gestão dos recursos públicos, logo a fiscalização precisa ser intensificada.
- (E) Verifica-se, na política, personagens que não estão vinculados à idéia de gestão dos gastos públicos.

05

A 5.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região entendeu que a realização de exame vestibular em horário posterior ao marcado, por motivo religioso, **(1)** não põe em risco o interesse público. A medida apenas possibilita que não seja violado o direito fundamental **à (2)** liberdade de crença religiosa. Com esse argumento, a Turma manteve sentença proferida pela 1.^a Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e negou provimento a recurso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG).

Em recurso ao Tribunal, a Universidade sustentou que a fixação de privilégios para os candidatos membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia **ferre (3)** o princípio da igualdade outorgado a todos os brasileiros no art. 5º, caput, da Constituição Federal. Pondera que “não **existe (4)** leis ou qualquer outra norma jurídica, ainda que geral e abstrata, que **autorizem (5)** ou que determinem a aplicação de provas em horário diferenciado para beneficiar adeptos de religião, seita religiosa, grupos ou associações de qualquer natureza”. Disse, ainda, que a República Federativa do Brasil é um Estado laico.

O número que evidencia erro gramatical (emprego equivocado de vírgula, crase utilizada incorretamente ou erro de concordância verbal) é o:

- (A) (1)
- (B) (2)
- (C) (3)
- (D) (4)
- (E) (5)

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

06 Com relação aos Juizados Especiais Federais, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) A sentença que condena a União a pagar quantia certa no Juizado Especial Federal está, como em qualquer sentença que obriga o ente federativo a desembolsar dinheiro, sujeita ao regime de precatórios.
- (B) Existe uma lei específica que rege o Juizado Especial Federal. Portanto, tratando-se da competência do Juizado Especial Federal, não cabe ao Juiz utilizar, subsidiariamente, a lei que rege os Juizados Especiais Estaduais, tampouco o Código de Processo Civil.
- (C) A sentença nesse procedimento obedece aos requisitos de qualquer sentença, não sendo possível, assim, dispensar o Juiz de fazer o relatório, restringindo-se a decidir com a fundamentação e o dispositivo.
- (D) Muito embora tenham sido concebidos para demandas inferiores a 60 salários mínimos, poderá o autor propor a ação na Vara Cível, se entender, por exemplo, que a demanda se mostra complexa.
- (E) Na primeira instância, o Juiz não condenará o vencido a pagamento de custas nem de honorários, salvo em caso de má-fé. Já na segunda instância, haverá pagamento de custas e honorários.

07 Sobre o Direito Ambiental, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) O meio ambiente constitui direito transindividual, do qual é titular não só as pessoas físicas que existem, mas aquelas que ainda vão nascer, donde a competência PRIVATIVA do Ministério Público para mover ações ambientais.
- (B) Não só pessoa física pode ser sancionada por violar as normas ambientais, como também as pessoas jurídicas. Estas últimas, porém, NÃO poderão ser punidas pelo direito criminal, segundo a Constituição.
- (C) NÃO pode haver, segundo a Constituição, aplicação concomitante de penas administrativa, civil e criminal, por violar o chamado princípio do *ne bis in idem*.
- (D) O meio ambiente é considerado um bem de uso especial do povo.
- (E) Não se confundem princípio da prevenção e princípio da precaução, pois, em matéria ambiental, possuem conteúdos distintos.



08 Com relação à Constituição brasileira, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) É classificada como uma constituição semi-rígida, pois existem cláusulas pétreas que podem ser modificadas por requisitos mais rígidos que o normal para emendá-la.
- (B) O Ministério Público constitui um Poder da federação, tal como o Legislativo, o Judiciário ou o Executivo.
- (C) Havendo conflito entre dois princípios constitucionais, o Juiz deverá resolver a situação com base no princípio da especialidade, norma posterior revoga norma anterior e, finalmente, princípio da hierarquia.
- (D) O Município constitui, segundo a Constituição brasileira, ente da federação.
- (E) O Município possui autonomia administrativa e legislativa, contando com Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

09 "José Arruacerus, de 16 anos de idade, pegou uma pedra e começou a riscar o automóvel novo de Manuel Sabidus, estudante de Direito, pretendendo riscá-lo por completo, quando este, bem mais forte que o primeiro, surpreendeu-o, tomando-lhe a pedra, tão logo José Arruacerus começou a riscar o carro, e lhe deu uma surra." Acerca da narrativa hipotética, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) José Arruacerus cometeu crime na modalidade tentada, segundo a doutrina tripartida do crime.
- (B) José Arruacerus cometeu o crime na modalidade consumada, segundo a doutrina bipartida do crime.
- (C) Manuel Sabidus não cometeu crime, por surrar José Arruacerus, pois agiu em legítima defesa.
- (D) José Arruacerus é inimputável, pois o Código Penal adota a teoria exclusivamente cronológica da imputabilidade penal.
- (E) Manuel Sabidus excedeu os limites da legítima defesa, devendo ser processado criminalmente pelo seu excesso.

10 Sobre o processo penal, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) O inquérito policial constitui um processo administrativo e, como tal, deve garantir ao acusado o direito ao exercício do contraditório.
- (B) O Código de Processo Penal trata do habeas-corpus como recurso. Logo não é cabível habeas-corpus sem uma decisão judicial.
- (C) Qualquer um pode impetrar habeas-corpus quando alguém se achar impedido de se locomover por ato ilegal e abusivo de autoridade e, para tanto, não é necessária a assinatura de advogado nem condições formais de admissibilidade, podendo-se impetrá-lo com uma folha manuscrita de papel.
- (D) O Código de Processo Penal deve ser interpretado literal e restritivamente, mostrando-se incabível interpretação analógica, em função do princípio da tipicidade.
- (E) O Defensor Público e o Promotor de Justiça não possuem qualquer prerrogativa no processo penal, sob pena de violação do princípio da paridade das armas.

11 Sobre o Direito Civil, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) O Código Civil não aceita pluralidade de domicílios.
- (B) O domicílio do réu preso é determinado pelo último lugar onde residiu com ânimo definitivo.
- (C) Segundo o Código Civil, a empresa constitui uma atividade organizada do capital e trabalho para produção econômica, não possuindo personalidade jurídica.
- (D) Após o falecimento, a pessoa física conserva sua personalidade, podendo contrair direitos e obrigações, desde que mediante seus legítimos herdeiros.
- (E) Em regra a prescrição não pode ser interrompida ou suspensa.

12 Imagine que um policial, após o expediente, ao dirigir-se para casa, testemunhe um estupro em andamento. Então, ele pensa consigo mesmo que já acabou seu expediente, já cumpriu com seu dever, e resolve ir para casa sem tomar nenhuma providência para impedir o crime, mesmo estando armado e podendo impedir a prática delitiva. Com base na situação hipotética descrita, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) O policial não cometeu nenhum crime, mas cometeu irregularidade administrativa.
- (B) O policial cometeu crime de omissão de prestação de socorro.
- (C) O policial não cometeu nem crime nem infração administrativa.
- (D) O policial cometeu crime de estupro, como partícipe.
- (E) O policial cometeu crime de favorecimento pessoal.

13 Com relação aos princípios constitucionais da seguridade social, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- (A) A solidariedade constitui apenas uma meta a ser atingida pela previdência, não se podendo dela extrair conteúdo eminentemente normativo.
- (B) A seguridade social implica um dever tão-somente do Estado, não podendo ser exigido das pessoas físicas e jurídicas, por meio de lei, que atuem em favor da previdência social.
- (C) A seguridade é financiada por recursos das loterias e também por recursos de contribuições sociais sobre a importação de mercadorias estrangeiras.
- (D) Não se pode estabelecer uma contribuição para a seguridade social sobre uma pessoa física ou jurídica, ainda que mediante lei, sem a necessária contrapartida que lhe beneficie, sob ponto de violar o princípio da solidariedade.
- (E) Na saúde, o princípio da universalidade é mínimo, enquanto na previdência, ao contrário, é máximo.



14 Sobre a competência da Justiça Federal, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) Um crime cometido a bordo de uma pequena embarcação a remo é da competência da Justiça Federal.
- (B) Um crime cometido a bordo de um avião, sobrevoando o Rio Amazonas, é da competência da Justiça Federal.
- (C) Um roubo à agência do Banco do Brasil (sociedade de economia mista) é da competência da Justiça Federal.
- (D) Uma contravenção contra um bem da União é da competência da Justiça Federal.
- (E) Um conflito de competência entre um Juiz de Direito (estadual) e um Juiz Federal será dirimido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

15 Quanto aos direitos fundamentais, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) Direitos individuais e direitos sociais constituem sinônimos para fins jurídicos.
- (B) A República Federativa do Brasil tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana.
- (C) O Brasil repudia o asilo político.
- (D) Garantir o desenvolvimento nacional não constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (E) É livre a expressão do pensamento, sendo permitido, para tanto, o anonimato.

16 Constitui princípio que rege as relações internacionais do Brasil:

- (A) Independência nacional.
- (B) Não prevalência dos direitos humanos.
- (C) Intervenção.
- (D) Desigualdade entre os Estados.
- (E) Defesa da guerra.

17 Quanto ao controle de constitucionalidade das leis, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) Os legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade são os mesmos.
- (B) O Juiz Federal não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- (C) É possível propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o estatuto de uma sociedade anônima.
- (D) Qualquer pessoa física pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (E) Compete apenas ao Poder Executivo realizar o controle de constitucionalidade das leis.

18 Sobre o Direito Constitucional, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) A União tem competência para legislar sobre o Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- (B) O Presidente da República poderá, sob qualquer pretexto, editar Medidas Provisórias.
- (C) Não é preciso quórum qualificado para modificar o texto constitucional.
- (D) Legalidade e impessoalidade tem o mesmo significado em Direito Constitucional.
- (E) O servidor público condenado com trânsito em julgado por improbidade administrativa poderá permanecer normalmente no seu cargo.

19 Há várias teorias sobre o direito de ação. O Código de Processo Civil aderiu à chamada teoria eclética, segundo a qual, embora sempre exista o direito de ação, são necessárias certas condições para que o jurisdicionado obtenha uma resolução de mérito por parte do Magistrado. Segundo o Código de Processo Civil, há resolução do mérito quando o Juiz extinguir o processo por (É CORRETO AFIRMAR):

- (A) verificar que o autor não promoveu os atos que lhe foram determinados há mais de 30 dias.
- (B) observar que o processo ficou parado por mais de 1 ano por negligência das partes.
- (C) declarar a decadência ou a prescrição.
- (D) observar que não há necessidade do autor na tutela jurisdicional.
- (E) entender que não há legitimidade ativa ou passiva para a causa.

20 A respeito dos recursos, no processo civil, É CORRETO AFIRMAR:

- (A) A publicação de sentença enseja agravo de instrumento.
- (B) Os embargos de declaração podem, excepcionalmente, gerar efeitos infringentes.
- (C). Os embargos de declaração prestam-se exclusivamente para impugnar sentenças.
- (D) Não cabe ao Juiz Singular receber a apelação.
- (E) A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito não pode ser impugnada por meio de apelação.

**QUESTÕES DISCURSIVAS****ATENÇÃO**

O candidato deverá responder, ao seu livre arbítrio, apenas 2(duas) das 3(três) questões discursivas propostas. Ressalta-se que, na folha definitiva de respostas da prova discursiva, no campo indicado, o candidato deverá informar o número da questão que está respondendo.

QUESTÃO 01

Recentemente, assistimos a manifestações populares nas principais capitais do Brasil, que geraram bastante repercussão nos planos nacional e internacional. O candidato entende que tais manifestações são legítimas? Fundamente a resposta com argumentos jurídicos.

QUESTÃO 02

Discorra sobre impedimentos e suspeições do magistrado.

Na exposição, o candidato poderá dizer se há diferença entre ambos os conceitos; se a existência dos institutos em pauta vão contra o "princípio do Juiz Natural"; a importância destes institutos para um Poder Judiciário imparcial; poderá dar exemplos; dizer se há ou não similitudes e diferenças entre o processo civil e processo penal; se entende que pode ser aplicado o Código de Processo Civil no processo penal de forma subsidiária.

QUESTÃO 03

Discorra sobre as fases do processo penal.

Na exposição, o candidato poderá dizer se há uma "pré-fase" administrativa, qual seu nome e se ela é necessária para o desenvolvimento do processo penal. Poderá dizer se o processo penal poderá ser excepcionalmente sigiloso (exemplificar).



RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	